

COM A PALAVRA

Paulo Marcos Borges Rizzo

Não podemos nos dividir

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta - Como a diretoria eleita do ANDES avalia e de que forma pretende abordar a discussão sobre a questão do projeto de reforma universitária?

Resposta – Nos últimos dois anos, o ANDES travou uma luta intensa no sentido de conter essa reforma que está em curso e que não se restringe ao projeto de lei recém editado e enviado ao Congresso. O ANDES tem buscado a mobilização contra os efeitos que essas medidas têm para a universidade pública. O governo fez uma opção de favorecimento do setor privado e da privatização da educação. Temos buscado alertar a sociedade em relação aos prejuízos que essa chamada reforma traz e também conter os seus efeitos. O atual projeto é na verdade inócuo, no sentido de que o grosso da reforma já passou com o sistema de avaliação pelo SINAES, a lei de inovação tecnológica, o PROUNI, os critérios de credenciamento de cursos. Enfim, há um conjunto de medidas que vêm sendo tomadas que torna este projeto de lei apenas um complemento. Na próxima gestão vamos continuar lutando não apenas para conter, para barrar esse projeto, mas também na defesa dos instrumentos que o ANDES construiu, instrumentos jurídicos que gostaríamos que fossem pautados e discutidos pela sociedade para garantir as condições efetivas de funcionamento da educação.

P - Dentro dos temas, por exemplo, 75% dos recursos da educação serão para o ensino superior. Então, a questão do financiamento, da autonomia, como o senhor avalia que isso foi tratado no texto encaminhado pelo governo?

R - Na verdade, os 75% que são apresentados é trabalhar com uma situação que já ocorre hoje. O ensino superior consome nessa faixa dos recursos do Ministério da Educação. O problema é que, quando se fala em 75% parece um número bem elevado. Mas, 75% de recursos volumosos é bastante dinheiro, porém, 75% de recursos contidos é pouco dinheiro, e é o que está acontecendo hoje com a educação. A Constituição define que a União tem que destinar 18% da receita líquida de impostos para a educação e, na realidade, a receita de impostos tem decaído no montante que compõem os recursos da União e proporcionalmente tem caído o crescimento dos recursos das contribuições. Por isso, quando dizemos que o projeto é inócuo, é porque 75% não diz efetivamente nada. Além do que, se o próximo governo, seja quem for, resolver mudar, muda, porque é um expediente de uma lei ordinária que até mesmo a lei orçamentária anual pode alterar. Eu destacaria ainda o fato de permanecer a DRU (Desvinculação das Receitas da União) que permite absorver até 20% dos recursos totais da educação. Então, se o governo retira 20% do total, você vai ter 75% não mais do total da educação, mas 75% de 80%, o que não chega a 60% dos recursos. Continuam vigentes expedientes que conseguem reduzir os recursos. Há uma pressão muito forte de retirar as vinculações orçamentárias da União, a DRU é uma manobra para isso, manteve a vinculação, mas criou um expediente para poder tirar até 20%. A pressão é efetiva para retirar as vinculações e as vinculações são o mínimo de garantias que se tem de haver recursos.



Foto: ANA PAULA NOGUEIRA

Ele assumiu a direção do ANDES-SN no CONAD de Juiz de Fora (MG), no final de junho com uma tarefa nada simples. Ajudar a conduzir o sindicato em meio a fortes turbulências, entre as quais o debate sobre a Reforma Universitária encaminhada ao Congresso pelo governo e, as repercussões pouco satisfatórias do reajuste concedido através da Medida Provisória 295. Mas, não se resume a isso. Também está na pauta do Sindicato Nacional e das seções sindicais a luta pela transparência nas relações entre Instituições Federais de Ensino e as Fundações de Apoio. E, nesse caldo complexo, enfrentar a oposição daqueles setores do Movimento Docente que querem hoje se desgarrar do ANDES. Paulo Rizzo vê essa tendência como minoritária e faz um apelo: “não podemos nos dividir”. Para Rizzo, professor de Arquitetura e Urbanismo da Federal de Santa Catarina (UFSC), o momento não é de divisão, mas de somar-se junto aos movimentos sociais para garantir avanços contra políticas privatizantes. Acompanhe a entrevista a seguir, concedida em sua vinda a Santa Maria, em 12 de junho.

P - Qual o balanço da edição pelo governo de uma Medida Provisória concedendo reajuste salarial diferenciado aos professores, que na verdade atendeu de forma insuficiente às reivindicações da greve de 2005?

R – Embora não seja o que queríamos, o que tem só saiu em função da greve, pois sequer o 0,1% que o governo havia anunciado que daria de reajuste para os servidores foi concedido. Nós não trabalhamos com a idéia de que ele foi insuficiente, porque poderíamos ter tido um reajuste salarial que fosse abaixo das nossas expectativas, mas que nos satisfizesse caso fosse na mesma direção dos nossos interesses que são: a paridade entre ativos e aposentados,

a isonomia entre as carreiras que existem hoje na universidade de 1º, 2º e 3º graus, e uma forma de reajuste que não diferencie de forma nenhuma os professores, que não estabeleça diferenciações. O que aconteceu nesse processo é que o governo impediu o ANDES de participar das negociações das carreiras de 1º e 2º graus. Eleger apenas um sindicato, o SINASEFE, para fazer as negociações. Fez uma proposta para eles que foi acordada e com o ANDES não teve acordo. O resultado que temos hoje, no momento que nos interessa muito discutir a carreira docente, é que ao invés de termos tido uma aproximação entre as duas carreiras, tivemos um distanciamento. Para o os professores do ensino

superior, o governo concedeu um aumento de 50% como incentivo à titulação. Para a carreira de 1º e 2º graus ele deu um reajuste no vencimento básico linear de 12%, o que significa uma visão do governo de que a titulação tem peso diferente, tem valor diferente, conforme a carreira em que o professor está. Hoje um doutorado vale 75% do vencimento básico no 3º grau e vale 50% no 1º e 2º graus. Existe paridade para 1º e 2º graus e não tem paridade para o 3º grau. Estamos numa situação em que mais do que falar que o reajuste foi insuficiente, que ele não cobre a inflação, é preciso dizer que ele traz dificuldades para nós termos as conquistas que queremos ter. Havia condições de aproximar as duas carreiras, de extinguir a GED (Gratificação de Estímulo à Docência), a gratificação produtivista que foi extinta para o 1º e 2º graus. Mas, o governo optou por um caminho de diferenciação. No próximo período nós temos que ajustar a nossa pauta para contemplar essas diferenças.

P - O senhor acredita que a guerra não está perdida?

R - Não. A gente dá como exemplo o caso da criação da GED. Em 1998, quando se criou a GED, numa greve forte, em um momento que teve até greve de fome, a GED veio só para professores de 3º grau. Não era o que nós reivindicávamos, éramos contra ela, e para os professores de 1º e 2º graus não veio nada. Nós continuamos lutando até que veio uma bolsa para os professores de 1º e 2º graus. Foi então criada a GID, que era a Gratificação de Incentivo à Docência, semelhante à GED. Em 2001, equiparamos os valores, ou seja, conseguimos ter uma trajetória de aproximação e, a partir de 2004, começou o distanciamento com essa medida do governo de fazer negociações em separado. O ANDES representa em torno de 40% dos servidores da carreira de 1º e 2º graus, que são os professores dos colégios técnicos, colégios de aplicação das universidades e defendemos a carreira única sabendo que temos mais obstáculos na luta, mas a luta não terminou.

P - Asua gestão tem alguns desafios, dentre tantos, esse debate da carreira, o debate da Reforma Universitária. O ANDES, a partir do Congresso de Cuiabá, traçou uma estratégia de debate e de crítica ao papel das fundações de apoio. Qual é a avaliação da sua gestão, que está entrando sobre isso, onde se pretende chegar efetivamente?

R - As Fundações de apoio foram criadas por professores para possibilitar a realização de projetos, convênios dos professores com outras instituições públicas ou privadas e começou a ficar comum a idéia de que através das Fundações são trazidos recursos para as universidades. Entretanto, a realidade tem se mostrado um pouco diferente. O principal dos recursos que as Fundações gerenciam são recursos de origem pública, sejam recursos dos órgãos de fomento à pesquisa, recur-



sos de prefeituras nos contratos que fazem para formação de professores, da Caixa Econômica, do meio empresarial, mas o grosso mesmo vem de empresas estatais, como a Petrobrás, empresas de energia que financiam projetos. Nós temos uma situação estranha no Brasil, onde você tem um ente privado que faz a mediação da passagem de recursos públicos de uma instituição para outra, pois seja a passagem do recurso da Finep ou do CNPq para a universidade, passa por um ente privado. O que hoje é mais gritante é essa mediação que hoje é mais gritante é essa mediação no que diz respeito aos hospitais universitários, em que os recursos do SUS são repassados para fundações privadas que contratam recursos ambulatoriais que são utilizados para contratação de pessoal. Então, onde nós queremos chegar? Nós queremos e estamos lutando e intervindo numa situação, primeiro de trazer à luz a essa realidade. Acharmos que é errado existir um ente privado para negociar, para intermediar ações entre os entes públicos. Há um conjunto de ilegalidades nessas relações. Saiu uma resolução do Tribunal de Contas (da União) que decide que o professor de Dedicção Exclusiva (DE) não pode ter remuneração extra porque é quebra dessa DE e, há outras ponderações da própria Advocacia Geral da União que vê acúmulo de cargos. Quando você fala em cargos, por exemplo, é uma ilegalidade ter no estatuto da Fundação a definição de que o seu presidente, o seu diretor ou o seu conselho de curadores são professores das universidades. Isso é a coisa mais comum, não sei como é aqui, mas na minha universidade o presidente da Fundação de Engenharia pelo estatuto da Fundação é o diretor da unidade e isso significa que nos contratos que a universidade celebra com a Fundação, o contratante e o contratado são a mesma pessoa. Isso é

uma aberração elementar. Estamos encaminhando no Brasil inteiro um expediente solicitando o posicionamento dos reitores, um esclarecimento em relação a esse acúmulo de cargos, essa duplicidade de cargos e em relação aos cursos pagos. Essa é uma das questões principais, porque a constituição define que os cursos são gratuitos, a oferta de educação em instituição pública é gratuita, por isso não pode haver cursos pagos. Tem havido uma proliferação de especializações pagas e as pessoas dizem 'ah, mas especialização não é curso regular'. Pela LDB é reconhecido como pós-graduação. A LDB define a pós-graduação como especialização, mestrado, doutorado, então não pode ter. Ai dizem 'mas não é a universidade que fornece esses cursos, é a fundação que é de direito privado, então pode'. Não, não pode porque ela não é uma instituição educacional, ela não está credenciada para oferecer educação. E aonde são definidos os cursos? Nos departamentos das universidades. Qual é o corpo docente? É o das universidades. Essas são questões que estamos levantando junto às reitorias para que elas se posicionem. Há situações em que vamos ter que recorrer ao Ministério Público e o Ministério Público está atuando independente da nossa manifestação. Isso é uma ação contra os professores que hoje se utilizam das Fundações para desenvolver os seus projetos? Não, de maneira nenhuma. É uma ação em defesa dos professores.

P - De um lado nós temos, por exemplo, no processo eleitoral, em torno de 13 mil professores participando de um universo de 70 mil. Dá para se dizer que não é uma participação muito alta. Por outro lado, nós temos essa disputa política, enfim, que deu origem ao ProfFES, a tal ponto

“O projeto de Reforma Universitária do governo é inócuo”

que a gente observou uma seção sindical, a de Goiás, tentando aprovar em assembleia a desvinculação do ANDES. Nesse contexto, como é que o senhor pretende administrar essas questões?

R – Em primeiro lugar, consideramos o sindicato como uma organização de todos os professores e quando eu digo todos os professores, são os professores das mais variadas concepções políticas. São os professores que não gostam de política, enfim, é o sindicato de todos os professores. A única razão porque houve uma tentativa divisionista, de criar outra entidade, foi porque esse grupo que fez isso rompeu com a defesa dos interesses dos professores. O ProfFES foi criado nas palavras daqueles que o defendem, daqueles que participam dele, para que o governo tivesse com quem dialogar no Movimento Docente. Quando nós falamos da greve, do resultado, de estarmos lá criticando o que o governo fez, temos que lembrar que essa organização foi um agente de defesa das propostas que dividem a categoria. O ProfFES é uma tentativa frustrada de divisão dos professores. Eu acredito que havia uma expectativa por parte do governo de que ele iria conseguir fazer essa divisão da categoria, mas não conseguiu. Um exemplo é o de Goiás e outros lugares que tentam fazer esse processo, de criar uma outra entidade. E a pergunta que qualquer professor faz é 'mas porque que nós vamos nos dividir?'. Porque se nos criticam, e tem todo o direito de nos criticar, esse é um espaço democrático e de todos os professores, tem que estar dentro do sindicato disputando a direção do sindicato. O que nós pretendemos fazer em relação a isso? Primeiro, continuar representando os professores, organizando os professores democraticamente no sindicato e também aprofundando as nossas relações com os movimentos sociais, com o movimento sindical que procura se organizar no mesmo terreno que o nosso, autônomo e independente. Um grande desafio da classe trabalhadora hoje é superar o processo de dispersão que vem ocorrendo. Nós estivemos, por exemplo, como observadores no Congresso da Conlutas, que é uma iniciativa importante, pois temos que trabalhar na construção dessas alternativas e fazer todo o esforço para unir os trabalhadores, porque nós vamos enfrentar coisas muito difíceis no próximo período. Temos que ter a independência dos movimentos garantida e ter a unidade dos trabalhadores. Eu queria dar um último exemplo que é o da Coordenação dos Servidores Públicos Federais, em que o governo de alguma forma conseguiu nos dividir ao fazer as negociações em separado, ao oferecer coisas diferenciadas. Hoje, nas principais entidades dos servidores públicos existe um balanço de que foi um equívoco aceitar as negociações em separado como o governo estabeleceu. O velho chavão de que a união faz a força não está tão velho, continua atual e é importante para os professores. ■